

13° ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE NORDESTE
03 a 06 de Setembro de 2007, UFAL MACEIÓ (AL)

**VULNERABILIDADE SOCIAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS: O CONTEXTO
EDUCACIONAL DA JUVENTUDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL**

**GT 8. JUVENTUDES CONTEMPORÂNEAS ENTRE O URBANO E O RURAL:
APROXIMAÇÕES E DIFERENÇAS**

AUTORA: ALGÉRIA VARELA DA SILVA

e-mail: algeriavarela@yahoo.com.br

I – VULNERABILIDADE SOCIAL: ALGUNS CONCEITOS

Segundo o pesquisador Ruben Kaztman, as populações vulneráveis principalmente nos centros urbanos, diga-se população pobre e com relações precarizadas de trabalho, têm dificuldades para acumular capital social, seja: individual, coletivo ou cívico, esta dificuldade é expressa em níveis de qualidade de vida inferiores. Segundo, ainda Kaztman, este contingente populacional é isolado das correntes predominantes da sociedade, pois, seus laços com a sociedade estão “esgaçados”, quer seja pelo mercado de trabalho, pela sua localização no espaço geográfico ou ainda por uma baixa escolarização.

Iremos trabalhar o conceito de vulnerabilidade social, presente nos trabalhos de Ruben Kaztman, e em outros autores que discutem o tema em questão. A vulnerabilidade não é o mesmo que pobreza, mas a inclui. Ser pobre, segundo Kaztman (2005), é quando não se satisfazem as necessidades básicas e aqueles também que se encontram abaixo da linha de pobreza. O autor define vulnerabilidade, como sendo:

Vulnerabilidad no es exactamente lo mismo que pobreza se bien la incluye. Esta última hace referencia a una situación de carência efectiva y actual mientras que la vulnerabilidad trasciende esta condición proyectando a futuro la posibilidad de padecería a partir de ciertas debilidades, que se constatan em el presente. (KATZMAN, 2005, p. 04).

E, amplia seu conceito, dizendo que:

Em su sentido amplio la categoria de vulnerabilidad refleja dos condiciones: la de los “vulnerados”, que se assimila a la condición de pobreza es decir que ya padecen una carência efectiva que implica la imposibilidad actual de sostinimiento y desarrollo y una debilidad a futuro a partir de esta incapacidad y la de los “vulnerables” para quienes el deterioro de sus condiciones de vida no esta yamaterializado sino que aparece como una situación de alta probabilidad em um futuro cercano a partir de las condiciones de fragilidad que los afecte. (KATZAM, 2005, p. 04).

Vulnerabilidade diz respeito à falta de ativos materiais e imateriais a que determinado indivíduo ou grupo está exposto a sofrer futuramente alterações bruscas e significativas em seus níveis de vida. No estudo realizado pela UNESCO-Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura e BID-Banco Interamericano de Desenvolvimento, que originou o livro “Juventude, violência e vulnerabilidade social na América latina: desafios para políticas públicas trabalha a definição de vulnerabilidade social, sendo:

Vulnerabilidade social como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos¹ atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais econômicas culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (VIGNOLI e FILGUEIRA, 2001 apud AMBRAMOVAY, 2002, p.13.)

A vulnerabilidade social pode se manifestar em dois planos: estrutural e subjetivo. No plano estrutural, pode ser dada por uma mobilidade descendente e, no plano subjetivo, pelo desenvolvimento de sentimentos de incerteza, insegurança, de não-pertencimento a determinado grupo, de fragilidade dos atores. E, os jovens, como a mídia, a sociedade e todos apregoam, são fonte de potencialidade. Isso é uma condição óbvia dada à idade, a vitalidade do jovem, mas a vulnerabilidade social tira essa potencialidade inerente aos jovens e os atira ao poço da incerteza. Os mesmos autores afirmam que:

O conceito de vulnerabilidade ao tratar da insegurança, incerteza e exposição a riscos provocados por eventos socioeconômicos ou ao não-acesso a insumos estratégicos apresenta uma visão integral sobre as condições de vida dos pobres, ao mesmo tempo em que considera a disponibilidade de recursos e estratégias para que estes indivíduos enfrentem as dificuldades que lhes afetam (VIGNOLI e FILGUEIRA, 2001, apud AMBRAMOVAY, 2002, p. 34 -35).

¹ Os recursos materiais ou simbólicos são chamados de ativos

Em razão da alta concentração populacional nos centros urbanos, advinda de um êxodo rural e de relações sociais precárias, existem territórios vulneráveis, que, no tecido social, é a parte mais visível da crise social:

Considerar o território vulnerável como aqueles pedaços das metrópoles onde estão presentes os sinais de crise do regime coletivo de gestão de risco associado à fragilização das famílias e das estruturas sociais no plano do bairro. Tal crise resulta por sua vez da segmentação produzida neste mercado pelas transformações sócio-produtivas engendradas pela nossa inserção subordinada ao mercado à globalização, sobretudo a partir dos anos 90 do século XX (RELATÓRIO OBSERVATÓRIO, 2005, p.28).

Segundo Katzman (2005) os lugares vulneráveis são aqueles, nos quais os indivíduos enfrentam riscos e a impossibilidade de acesso a condições habitacionais, sanitárias, educacionais e trabalho e de participação e acesso diferencial a informação e as oportunidades.

A cidade sempre foi palco do crescimento e da inovação tecnológica e atraente para aqueles que buscam melhorar sua condição social, já que neste espaço os serviços estão em maior quantidade e a lei da oferta e procura cresce nas cidades. O não acesso favorece a desigualdade e a pobreza ou como Milton Santos fala, da “inclusão segundo uma lógica de exclusão”.

Outrossim, o uso e acesso de recursos, não são utilizados de forma igual e homogênea, e sim, através de uma hierarquia social, que se estabelece através dos espaços dos detentores que utilizam serviços de qualidade e o espaço dos não-detentores que utilizam serviços, isto é, quando utilizam má qualidade, como afirma:

A noção de território vulnerável ganha um sentido mais concreto, na medida em que falamos de lugares concentradores de condições sociais sistematicamente reprodutoras das desigualdades e da pobreza por nele prevalecerem condições desfavoráveis ao acesso e uso de recursos (RELATÓRIO OBSERVATÓRIO, 2005, p. 58)

Na sociedade, impera a lei dos mais fortes, dos mais inteligentes e sagazes sempre foi preponderante. E, o capital exige força de trabalho capacitada para suas

funções ditas como mais especializadas, ou mais requintadas. A mundialização ou globalização interliga o mundo, aproxima territorialmente, e culturalmente, mas exclui aqueles que não podem se capacitar, que não são competitivos, ou melhor, que não tiveram oportunidades de ingressar no sistema educacional. .

Mas, o mercado de trabalho formal sofre uma crise: a diminuição de postos de trabalho, impulsionados pelos avanços tecnológicos. No mercado informal não há regras nem lei e novamente a lei do mais forte impera. Não estamos propondo a existência de um determinismo, de algo previamente estabelecido, mas, neste mercado, impera uma lei simbólica, se assim podemos denominar. Segundo os dados da CELADE -Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia, existe uma relação inversamente proporcional entre idade e o nível de pobreza, onde, quanto menor a idade, maior o nível de pobreza. A vulnerabilidade está em maior grau entre crianças, jovens e idosos, pois são dependentes de outrem para sua sobrevivência:

E, quanto maior o nível de escolaridade, mais capital humano. Ter escolaridade é um dos principais caminhos para que os estratos de baixa renda obtenham uma melhor posição social e consigam sair de uma situação de total carência para um patamar, no qual obtenham um melhor nível de vida. A pobreza é o problema social mais difícil de solucionar ou talvez não haja antídoto para tal problema.

Segundo DIETERLEN (2001), vulnerabilidade é a falta de atendimento as necessidades básicas, que são negadas pelos detentores de poder:

Y una forma de vulnerabilidad consiste en tener necesidades básicas, puesto que las personas que carécen de los médios necesarios de subsistência dependen Del ejercicio Del poder de aquellos que pueden proporcionarles o negarles los médios de vida. Lãs necesidades básicas reflejan uma falta de poder, y por lo tanto uma situación de vulnerabilidad. (DIETERLEN, 2001, p.19)

Este autor trabalha com a idéia de que as populações atingem um elevado grau de vulnerabilidade que não podem ter a capacidade de *“elegir o de rechazar aquello que se les ofrece”* (DIETERLEN, 2001, p.19). E, que eliminar as situações de vulnerabilidade tanto competem aos gestores públicos quanto aos cidadãos.

II - JUVENTUDE E EDUCAÇÃO

Ser desprovido da escrita e da leitura, atualmente, é uma condição extremamente desfavorável principalmente para o jovem, que, na faixa etária entre 15 e 24 anos, teoricamente deve estar apto para adentrar ao mercado de trabalho formal e, segundo nossa distribuição educacional, está prestes ou freqüentando o ensino superior. Ainda, segundo os dados do Censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de jovens entre 15 a 24 anos no Brasil é composta, por mais de 34 milhões de jovens

. A educação é um tema instigante dentro das ciências sociais, pois, é notável que grupos, com um maior nível educacional também possam ocupar melhores postos de trabalho, e ainda por ser, a educação um forte ativo para a mobilidade social.

O sistema educativo é o principal e muitas vezes o único âmbito institucional, que tem potencialidade de atuar como integrador, como também tem a capacidade de gerar contextos onde crianças e adolescentes podem ter a possibilidade de manter contatos entre seus pares, de outras camadas sociais, e desenvolver códigos comuns e vínculos de solidariedade. (KAZTMAN)

Neste sentido, queremos destacar um grupo social, que vivencia uma situação de vulnerabilidade social, agudizada por sua condição de baixa escolarização, uma educação precária, que em muitos casos é interrompida bruscamente, para que o jovem adentre no mercado de trabalho (primordialmente informal), que é gerada por um contexto sócio-familiar de risco e de não satisfação de suas necessidades básicas.

Juventude ou juventudes, como definir este estado, este termo, esta classe social? Como integrar o que é diferente? O que é marginalizado, como um jovem que nem ao menos é capaz de conduzir-se pela cidade? Pois, se este, não dispõe da leitura, não lê o mundo nem graficamente nem suas relações sociais: não tem uma leitura crítica de mundo. Como este jovem que foi socializado num ambiente de risco vai adentrar no mercado de trabalho em condições “legais”, se nem assinar sua carteira de identidade é capaz? Ele é reconhecido através de um dedo, de uma marca

que atesta sua incapacidade e fracasso social ao qual o jovem foi submetido pela imposição de uma sociedade injusta e desigual.

A educação passa pela cidadania social e é um direito assegurado por lei, mas não é uma regra. A educação é para todos assim como a cidadania. Mas nos deparamos com duas educações: a dos ricos e a dos pobres. Mas, quando não se atinge nem mesmo o alicerce para que um indivíduo seja letrado, seja alfabetizado, quando nem ao menos se sabe utilizar a fala e escrita do espaço social no qual está inserido, um verdadeiro ser estranho em seu espaço, um estrangeiro. E, esse território urbano passa a ser uma batalha vivenciada a cada momento, uma batalha pela sobrevivência, como em situações corriqueiras, como pegar um ônibus, como descobrir o nome de uma rua, como saber ler uma placa que pode sinalizar perigo, a leitura não é dada nem no campo gráfico nem no campo simbólico.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais, a educação básica para aqueles que não a obtiveram em idade adequada está legitimada por lei, ainda de forma branda conforme explicitamos: *“dever-se-á fomentar e intensificar, na medida do possível, a educação de base para aquelas pessoas que não receberam educação primária ou não concluíram o ciclo completo da educação primária”* (art. 13, I, “d”, do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) de 16/12/66, aprovado, no Brasil, pelo Decreto Legislativo 226 de 12/12/95 e promulgado *pelo DEC. 591 de 07/07/92*).

A educação no Brasil, desde sua formação, foi colocada nas mãos das elites, que podiam pagar para que seus filhos tivessem tutores, ou os reportavam para a Europa, berço do conhecimento e cultura, conforme o pensamento dominante da época. Esta educação sofria um grave preconceito. Somente os homens podiam ter acesso, pois as mulheres deveriam se ocupar em tarefas do lar e criarem com esmero e educação seus filhos e filhas. No artigo 179 da Constituição Imperial de 1824, reservava a todos os cidadãos a instrução primária gratuita, mas se entende por cidadão somente a elite abastada, ou seja, livre e liberta. Machado de Assis, em 1879, escreve que somente 30% dos indivíduos do Brasil sabem ler, e destes 9%, não lêem letra de mão e 70% jazem em profunda ignorância.

No Dec. 7.247 de 19/04/1879 de reforma do ensino apresentado por Leôncio de Carvalho, que previa a criação de cursos para adultos analfabetos livres ou libertos, do sexo masculino, com duas horas diárias de duração, no verão, e três horas no inverno, com as mesmas matérias do diurno (SOARES, 2002, p. 45)

No quadro abaixo, observamos que os níveis de analfabetismo, no início do século passado, atingiam mais de 65% da população e que, a partir do Pós-guerra, as taxas decaem consideravelmente, chegando ao início do século vigente, com um percentual de pouco mais de 13%.

Numericamente, a população do Brasil cresceu num ritmo intenso; logo, não podemos simplesmente deduzir que o índice de analfabetismo da população jovem e adulta decaiu no último século, e que a taxa de 13,06% no ano 2000 não corresponde a uma redução substancial dos índices de analfabetismo da população jovem e adulta, já que, paralelamente, a urbanização se intensifica nos centros urbanos.

Quadro 01 - Evolução das taxas de analfabetismo absoluto no Brasil

15 anos e mais

ANO	%
1900	65,25
1920	64,94
1940	56,1
1950	50,58
1960	39,68
1970	33,77
1980	25,46
1980	25,46
1991	20,06
2000	13,06

Fontes: IBGE – PNDA, Anuário Estatísticos, Censos Demográficos – MEC/INEP

O Banco Mundial apregoa o desenvolvimento da educação de quantidade e não de qualidade. A partir da década de 30, começa, no Brasil, uma formação efetiva do sistema público de educação elementar. É nesta década que a oferta do ensino primário, gratuito e obrigatório, se torna direito de todos. Neste mesmo período, com a industrialização, é visível a concentração populacional nos centros urbanos. O Governo Federal determinava a responsabilidade com a educação aos Estados e Municípios.

A educação está na pauta da agenda mundial. É necessário viabilizar o acesso ao sistema educacional. Embora o discurso da Educação para todos esteja em pauta, é preciso perceber que há uma heterogeneidade, pois, universalizar políticas sociais, é antes de tudo negar a existência de particularidades, mesmo que o mundo esteja vivenciando a globalização. Mas, é necessário, primeiramente, reduzir as

desigualdades sociais, pois a educação de qualidade é uma “dádiva” de um “seleto grupo”, quando ainda existem elevados índices de analfabetos. É preciso formar protagonistas sociais com um mínimo de conhecimento de sua realidade.

A complexidade do mundo, no final do século XX, ou melhor, nas suas duas últimas décadas, passou a exigir uma homogeneidade na formação básica. O mundo está interligado à alfabetização pura e simples. Não basta, para legitimar, se determinada pessoa tem uma compreensão de mundo, uma leitura de mundo coerente com este novo período da História da humanidade, se esta sabe ler ou escrever seu nome. E, se a leitura é negada, enquanto direito, como pensar em um mundo global, se há um abismo social?

A exigência do mercado impõe que o trabalhador seja conhecedor de todas as etapas do processo de produção. Mas, se o novo século dita tais padrões, como a população analfabeta ou analfabeta funcional vai ser “absorvida” pelo mercado? Podemos concluir que o grande contingente de desempregados nos centros urbanos é oriundo desta condição de exclusão, que busca o mercado informal, sem nenhuma garantia social.

Segundo Durkheim apud Rodrigues (2003), a educação é básica e, essencialmente, uma função social, e de certo modo deve estar submetida à influência do Estado, como gestor da educação na sociedade. Com a moderna divisão do trabalho, os interesses passam da coletividade para a individualidade, a satisfação pessoal, fruto da sociedade complexa na qual vivemos. E, quanto maior o individualismo, mais a consciência coletiva diminuem.

Ainda, a educação é, essencialmente, o processo pelo qual aprendemos a ser membros da sociedade, e a educação adequada é a educação própria ao meio moral que cada um compartilha. Educação é socialização. Logo, se ao ser desapropriado da educação, no sentido de domínio de um código, não num sentido moral, não somos membros da sociedade. Contudo, somos educados segundo o meio no qual nossa socialização primária ocorre.

QUADRO 2- População jovem no Brasil por grupo de idade segundo a situação do domicílio

Situação do Domicílio	Grupo de idade		TOTAL
	15 a 19 anos	20 a 24 anos	De 15 a 24 anos
Urbana	14.401.006	13.358.020	27.759.026
Rural	3.548.282	2.784.916	6.333.198
Brasil	17.949.288	16.142.936	34.092.224

Fonte: IBGE, Censo demográfico, 2000.

O quadro seguinte nos fornece uma visão da situação da juventude, no que diz respeito à situação de domicílio. Em números absolutos, verificamos que no ano 2000, segundo o censo, no Brasil existiam 34.092.224 jovens, deste total 27.759.026 estão no espaço urbano, nas cidades brasileiras convivendo com inúmeros problemas, sejam de ordem: social, estrutural e político, e 6.333.198 estão no espaço rural, o que não exclui os problemas anteriormente citados, como ainda problemas de outra ordem, tais como: dificuldade de acesso a educação, como o freqüente êxodo rural, o antigo dilema campo-cidade, a busca de melhores condições de vida nas grandes cidades, o que na verdade pode ser um agravante das precárias condições de vida.

III - REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL E O QUADRO EDUCACIONAL DA JUVENTUDE

A Região Metropolitana de Natal (RMN) é uma região “jovem”, sua legitimação e instituição ocorreu na década de 90, fruto de acertos políticos locais, que refletem no âmbito nacional, após a criação da lei que institui os planos diretores e as políticas públicas para as chamadas regiões metropolitanas.

A população jovem da Região Metropolitana de Natal, é dividida conforme, a tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - População na faixa etária 15-24, RM de Natal, 2000

Municípios	Grupo Etário 15-24	%
Ceará-Mirim	13206	5,77
Parnamirim	25158	11
Extremoz	4010	1,75
Macaíba	11140	4,87
Natal	150253	65,67
Nisia Floresta	3737	1,63
São Gonçalo Amarante	14305	6,25
São J. Mipibú	7004	3,06
Total	228813	100

Fonte: Censo, IBGE 2000.

A RMN, no ano 2000 numericamente tinha um total de 228813 jovens, deste total Natal detinha 150253 jovens, o que percentualmente corresponde a 65,67% o que comprova uma concentração populacional, na cidade com maior grau de urbanização. Parnamirim é a segunda capital com maior número de jovens, um pouco mais de 25.000 ou 11% do total. A terceira maior cidade em contingente populacional de jovens é São Gonçalo do Amarante, com 14305 ou 6,25%. Ceará-Mirim está na quarta posição, com 13206 ou 5,77%. Os demais municípios têm valores abaixo de 5%.

Em recente pesquisa divulgada pelo INEP, o Rio Grande do Norte apresenta um dos mais baixos níveis educacionais do Brasil. Ao recortarmos, estes dados segundo o Censo IBGE, 2000 para a Região Metropolitana de Natal (RMN), no que concerne ao grupo social de jovens (15 a 24 anos).

Tabela 2 - Grau de Instrução, 15-24 anos, RM de Natal, 2000.

Municípios	Sem instrução ou menos de 1 ano	%	Até 4 anos de estudo	%
Ceará-Mirim	860	11,04	5013	9,79
Parnamirim	868	11,15	5799	11,32
Extremoz	212	2,72	1226	2,39
Macaíba	572	7,35	3735	7,29
Natal	3899	50,07	26578	51,9
Nisia Floresta São G.	186	2,39	1584	3,09
Amarante	765	9,82	4788	9,35
São J. Mipibú	425	5,46	2486	4,85
RMNatal	7787	100	51209	100

Fonte: Censo, IBGE, 2000.

Na tabela 1, que corresponde ao Grau de Instrução da população na faixa etária entre 15 a 24 anos, no ano de 2000, encontramos dois sub-indicadores: sem instrução ou menos de 1 ano de estudo e até 4 anos de estudo, que corresponde à condição de analfabetismo da população jovem. No total da RMN encontramos um número de 7787 jovens sem instrução. Deste total, mais de 50% da população jovem sem instrução encontra-se em Natal. O valor absoluto corresponde a 3899 jovens analfabetos. Parnamirim e Ceará-Mirim estão no mesmo patamar de 11%. São Gonçalo do Amarante com 9,82% de jovens analfabetos. Acredita-se que o analfabetismo é um dos fatores da vulnerabilidade social desta população, haja vista que não ter educação compromete outras etapas da vida do jovem já que a educação é a fonte de maior qualificação da força de trabalho, e, assim, determina a renda, a qualidade de vida e as taxas de crescimento econômico.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais:

“A Alfabetização tem também o papel de promover a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, além de ser um requisito básico para a educação continuada durante a vida”
(SOARES, 2002 p. 35).

Quando falamos em alfabetização, não é meramente, no sentido de apenas averiguar se a pessoa sabe ou não escrever seu próprio nome, ou ler e escrever um

bilhete simples, mas é de confirmar o texto citado acima, que abarca as diferentes etapas que um cidadão deva percorrer durante sua vida, que vai desde a continuação de sua jornada educacional, a sua sociabilidade, a uma renda digna, ao reconhecimento como ser cultural capaz de se reconhecer e ser reconhecido e não somente mero expectador, quanto aos direitos políticos. Aqui, não entendemos direitos políticos como o ato de votar em cada eleição, meramente como um dever, mas de ter consciência deste ato, de ter criticidade e saber, depois, cobrar dos gestores suas “promessas” eleitorais, de se fazer presente e atuante nos espaços políticos da sociedade. A escola é o espaço mais importante para tornar a sociedade menos desigual. Ainda, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, o texto afirma que a educação é indispensável:

“A educação, como uma chave indispensável para o exercício da cidadania, na sociedade contemporânea, vai se impondo cada vez mais nestes tempos de grandes mudanças e inovações nos processos produtivos. Ela possibilita ao indivíduo jovem e adulto retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extra-escolar e na própria vida, possibilitar um nível técnico e profissional mais qualificado (SOARES, 2002, p. 40)”.

Por outro lado, quando observamos a tabela 2, na variável “pessoas jovens com menos de quatro anos de estudo”, atestamos que um elevado percentual de jovens vivencia uma ruptura significativa de suas habilidades, que tanto são adquiridas no espaço escolar quanto são no espaço extra-escolar, ou, como Paulo Freire coloca, os saberes do povo, os saberes pré-existentes. No total da RMN, encontramos 51.209 jovens analfabetos funcionais. Deste total, 51,09% está no município de Natal. Parnamirim e Ceará-Mirim detêm o percentual de 11,32% e 9,79%. São Gonçalo do Amarante, com 9,35% de jovens analfabetos funcionais. Constatamos que, em relação ao indicador sem instrução, o percentual de analfabetos funcionais aumentou significativamente em todos os municípios que compõem a RMN.

A juventude é uma idade de transição entre um período de proteção para um período de assunção de direitos e deveres perante a sociedade. O jovem atualmente é parte do mundo globalizado, da informatização, de novas formas de sociabilidade on-line, mas, se está numa condição de analfabetismo, certamente, será excluído e este mundo virtual será um entrave para sua vida.

IV - CONCLUSÕES

Este trabalho consistiu em identificar este grupo jovem, mostrando que a condição de analfabetismo é a geradora da vulnerabilidade social que a juventude vivencia, pois, uma baixa qualificação é um dos componentes para que outras mazelas sejam acrescidas. Não queremos afirmar que a Educação seja a única forma de ruptura para que os indivíduos ascendam socialmente, mas afirmamos que a educação é um componente desta ruptura. Também deva ser observado: que Educação é esta? É a Educação massificada, para o uso específico, ou seja, uma Educação que tem como meta, diminuir as altas taxas de Analfabetismo da população? É meramente saber ler e escrever? E, a criticidade o uso social da fala e da escrita, reduzir taxas é diferente de formar cidadãos conscientes e questionadores.

Se, a juventude é a fase de passagem, de ruptura, emancipação, que base os jovens terão em nossa sociedade, sem o conhecimento que é necessário para adentrar no mercado de trabalho e construir seu espaço na sociedade? Que jovem protagonista é este? Qual história a juventude irá protagonizar no século XXI?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AMBROMOWAY, Miriam, et al. Juventude, violência e Vulnerabilidade Social na América Latina; desafios para políticas públicas. Brasília. UNESCO. BID. 2002. 192 p.
- BARROS, Ricardo Paes et al. Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 15, nº42, Fev/2005. p. 123-142
- BORGES, André , Governança e Política Educacional: a agenda recente do Banco Mundial, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 18, nº52
- BOTELHO, Paulo. O Analfabetismo Funcional. Disponível em: <http://www.quiarh.com.br/23> , Acesso em: 30/06/2005
- BRACHO, Teresa. Exclusão Educacional como dispositivo da exclusão social In: OLIVEIRA, Maria Coleta (Org). Demografia da Exclusão Social. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2001, p. 119-143.
- CASTEL, Robert. A Insegurança Social O que é ser protegido?, tradução: Lúcia M. Endich. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.
- DIETERLEN, Paulette. Derechos necesidades básicas y obligación institucional In: ZICCARDI, Alicia (org). Pobreza Desigualdad Social y Ciudadanía los Limites de Las Políticas Sociales em América latina. Buenos Aires. CLACSO, 2001. p. 13-22
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia Saberes Necessários á prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (coleção leituras)
- KAZTMAN, Ruben. Seducidos y abandonados: el aislamiento Social de los pobres urbanos. CEPAL, nº75, Dez/2001. Versão não editada
- KAZTMAN, Ruben. Vulnerabilidad y Exclusión social. Uma propuesta metodológica para el estudio de las condiciones de vida de los hogares
- KOWARICK, Lúcio. Sobre a vulnerabilidade Socieconômica e Civil Estados Unidos, França e Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, nº 51, 2003. p. 65-85
- KOWARICK, Lúcio. Viver em risco- sobre a vulnerabilidade no Brasil Urbano. Novos Estudos São Paulo. CEBRAP. nº 63. Julho/2002. p. 9-30
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Análise da Regiões Metropolitanas do Brasil. Construção de Tipologias, Tipologia Social e Identificação de Áreas Vulneráveis. Rio de janeiro, 2005.
- PAUGAM, Serge. Desqualificação Social Ensaio sobre a nova Pobreza. São Paulo: Cortez, 2003, p. 48-55, p. 239-249
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz Ribeiro. Segregação Residencial e Políticas Públicas Análise do Espaço Social da Cidade na Gestão do Território. Observatório das Metrôpoles. Não publicado.
- SOARES, Leôncio. Educação de jovens e Adultos. Rio de janeiro: DP&A, 2002. p. 7-132 (Diretrizes Curriculares Nacionais)